



ENTRE MIO-MIOS E EMBIRAS: HOMENS E ANIMAIS NO CAMINHO DAS TROPAS

Tayná Gruber¹
Alessandra Izabel de Carvalho²
Ilton Cesar Martins³

INTRODUÇÃO

Os primeiros trabalhos publicados falando sobre os tropeiros nos séculos XVIII e XIX foram escritos por estrangeiros. Na região do Paraná, podemos citar Auguste de Saint-Hilaire (1995) e Thomas P. Bigg-Whitter (1974). O primeiro foi um naturalista francês que, em 1816, viajou para o Brasil e redigiu diversas obras sobre os anos em que por aqui permaneceu, perpassando por diversas províncias do Brasil Colônia. O segundo era um engenheiro inglês que esteve na então Província do Paraná, entre os anos de 1872 à 1875. Ambos relataram suas viagens em obras publicadas depois de seus respectivos retornos aos países de origem, tendo como público alvo seus compatriotas. Percebe-se, portanto, em seus relatos diversas análises e críticas sobre o cotidiano das pessoas locais pautadas na visão que traziam do exterior, de uma realidade que não era compatível com que aqui existia. Mas o que mais chama a atenção, sobretudo em função do tema aqui priorizado, são as suas descrições sobre o ambiente natural.

Apesar da diferença temporal de suas viagens, ambos relatam ter tido contato com o trabalho tropeiro, seja em sua forma mais cotidiana na lida com a tropa, ou ainda seguindo viagens com estes, devido ao conhecimento dos caminhos que os tropeiros possuíam e o meio de transporte que ofereciam: os muares. Sobre a convivência com estes homens, Bigg-Whitter coloca que eles seriam “mais teimosos que a própria mula” (p. 57).

Em outras províncias do Brasil, muitos outros estrangeiros tiveram contato com esse modo de trabalho nesse mesmo período, tal como Johann Emmanuel Pohl, um médico, geólogo e botânico austríaco que esteve no Brasil entre 1817 e 1822. Ele realizou uma viagem de quatro anos pelo interior do Brasil, atravessando os estados de Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás. Desse jornada, publicou a obra *Viagem no Interior do Brasil. Empreendida nos Anos de 1817 a 1821 e Publicada por Ordem de Sua Majestade o Imperador da Áustria Francisco Primeiro* (POHL, 1951). Nesse percurso ele foi acompanhado, em muitos momentos, pelos tropeiros como guias de viagem, como no caso de Saint-Hilaire e Bigg-Whitter.

George Gardner, botânico, zoólogo e médico inglês que ficou no Brasil entre 1836 a 1841, em obra que escreve posteriormente a sua viagem (GARDNER, 1942), descreve os momentos do pouso com os tropeiros: “Enquanto estávamos no rancho, um dos tropeiros, trouxe um punhado de ra-

1 Graduada no curso de Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Email: taygruber@hotmail.com

2 Orientadora. Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora do Departamento de História e do Mestrado em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

3 Co-orientador. Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor do Departamento de História da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR).

mos cobertos de folhas e, esquentando-as ao fogo para torná-las quebradiças, fez delas um chá para si e seus companheiros” (GARDNER, 1942, p. 397)

Francis de Castelnau, ou Conde Castelnau, em sua obra *Expedição às regiões centrais da América do Sul v. I* (1949), descreve o tropeiro como aquele que domina os saberes das rotas e trajetos e, sendo o transporte através de mula o mais viável, esses sujeitos seriam aqueles que entendem da doma dos animais, “da sua lida”.

Em todas essas obras o tropeiro faz parte da cena, mas não é o foco de estudo central. Cabe aqui destacar que, em grande parte dos casos, o tropeiro esteve vinculado ao estrangeiro através de uma relação de trabalho, onde ele era detentor de um saber específico e necessário ao visitante e, portanto, foi interpretado e depois descrito de acordo com a realidade e vivência deste último.

Na historiografia nacional, os tropeiros vão começar a aparecer ligados ao ciclo do ouro e sua exportação, ou do café, sendo analisados pelo panorama econômico e apresentados de uma forma ‘heroica’ como aqueles que conseguiram desbravar as matas nacionais e interligar culturalmente as regiões sul e sudeste. É comum, nesse sentido, o tropeiro aparecer associado como o “novo bandeirante”. Um dos defensores dessa teoria foi Affonso d’Escagnolle Taunay que em suas obras liga diretamente o tropeiro ao sertão e ao desbravamento, atendendo assim as suas preocupações em relação à formação da nação e priorizando a legitimidade da hegemonia paulista em relação a outros estados (CHIOVITTIN, 2003). Outro defensor dessa perspectiva foi Aloísio de Almeida que, em sua obra *Vida e morte do tropeiro* (1971) realiza diversas vezes analogias entre tropeiros e bandeirantes, abordando como espaço de pesquisa a região Sul e Sudeste e salientando a importância do tropeirismo para o crescimento econômico dessas regiões.

Um dos primeiros historiadores a revisar essa teoria foi Sérgio Buarque de Holanda, principalmente em sua obra *Caminhos e fronteiras* (1957). Vale ressaltar que Holanda não encerra de vez essa discussão, visto que ele mesmo ainda vê o tropeiro como sucessor direto dos bandeirantes. Mas, ao remeter as origens dos costumes e das dinâmicas socioeconômicas, acaba por lançar luz sobre as diferenças entre os tropeiros e os bandeirantes, pontuando que aqueles, devido as novas demandas do mercado, teriam:

[...]uma ambição menos impaciente do que a do bandeirante ensina a medir, a calcular oportunidades, a contar com danos e perdas. Em um empreendimento muitas vezes aleatório, faz-se necessária certa dose de previdência, virtude eminentemente burguesa e popular. Tudo isso vai afetar diretamente os mores de uma sociedade ainda sujeita a hábitos de vida patriarcais e avessa no íntimo à mercancia, tanto quanto às artes mecânicas (HOLANDA, 1957).

Um viés diferente deste, que não caracteriza o tropeirismo de acordo com o movimento bandeirante, é o que propõe Alípio Goulart, em seu livro *Tropas e tropeiros na formação do Brasil*. (GOULART, 1961). O autor aborda a história social do tropeiro, deixando o viés econômico em um plano secundário e, para tanto, começa caracterizando o tropeirismo como um sistema de transporte: “é que assim nos pareceu mais exato, posto que a tropa era um sistema composto de muares que eram os meios.” (GOULART, 1961, p. 16). Goulart foi, aliás, um dos primeiros autores a demonstrar que a história dos animais de carga (mula, cavalos, burros) é essencial para se compreender devidamente o período. O que será de grande importância para o que se dispõe neste trabalho.

Outro trabalho com abordagem mais contemporânea, e que foge desse viés heroico e memorialista do tropeirismo, é o do geógrafo Rafael Straforini. Em seu livro *No caminho das tropas* (STRAFORINI, 2001) ele lança um novo olhar sobre a porção meridional do Brasil, dizendo que aqui há uma organização diferenciada das outras devido ao tropeirismo. Isso aconteceria porque o movimento tropeiro implicou em uma divisão social do trabalho que estava diretamente relacionada com as divisões territoriais.

Na historiografia paranaense, o tropeirismo tem grande espaço por se conceber que o Paraná teria se expandido e tomado suas características territoriais atuais a partir da rotas das tropas. Os historiadores Romário Martins, com suas obras *História do Paraná* (1995a) e *Terra e gente do Paraná*, (1995b) e Ruy C. Wachowicz, com seu livro *História do Paraná* (1968) são, como coloca Eliane L. Mendes, “expoentes considerados clássicos no que tange ao tema” (MENDES, 2014, p. 1).

No levantamento bibliográfico realizado para este trabalho, encontrou-se preciosas contribuições na dissertação de Kelly V. K. Straube, “A estruturação sócio-espacial do sistema tropeiro – O caso do caminho das tropas entre Palmas e União da Vitória/PR” (2007), pois mesmo se tratando de recortes

espaciais diferentes, a autora busca compreender o tropeirismo na região entre Palmas e União da Vitória através da análise da paisagem, da morfologia da região e dos condicionamentos climatológicos. Straube elabora uma análise geográfica, o que colabora em muito para análise histórico-ambiental das tropas na sua interação com o mundo natural, que é a que este trabalho se propõe.

As fontes utilizadas para o desenvolvimento deste projeto são as entrevistas com homens que atuaram nas diversas funções dentro de tropas, no período de 1890 a 1930. Tais entrevistas encontram-se publicadas nas obras Tropeiros de Mulas, de Pedro Arí Veríssimo da Fonseca (1986), Tropeirismo um modo de vida da Secretaria do Estado da Cultura do Paraná (1985) e na obra Tropeiros de Jaelson Bitran Trindade (1992). Também serve como fonte para este trabalho o diário de viagem do tropeiro Reinaldo Silveira, disponível na introdução da obra Odisséia do tropeirismo (1996), de Ribas Silveira.

Levando em consideração que todas as fontes são memórias produzidas pelos sujeitos que viveram o tropeirismo, algumas formuladas a posteriori, este estudo busca compreender as impressões e os sentimentos que esses sujeitos ligados à atividade tropeira relataram sobre o ter que lidar com um bioma rico, e ao mesmo tempo extremamente desafiador, e com animais que constituíam funções para além das de mercadorias inanimadas.

Para tanto, esta monografia está dividida em três capítulos. No primeiro, abordaremos o início do ciclo do tropeirismo e seu desenvolvimento durante o XVII ao XVIII e adentraremos aos séculos XIX e XX, analisando o movimento tropeiro nos campos de Ponta Grossa, explanando e debatendo com a bibliografia existente sobre como e porque essa cidade se atrela ao tropeirismo e, se de alguma forma, as atribuições geográficas, hidrológicas e geológicas da região influenciaram nesse processo.

No segundo capítulo, analisaremos a relação do tropeiros com os animais não-humanos buscando refletir sobre as diferentes facetas que rodeiam esse vínculo, contrapondo-as com as fontes, com a visão de outros historiadores e pensadores do tema, além de utilizarmos de conhecimentos oriundos de outras ciências, tais quais como biologia e zoologia.

Já no último capítulo, buscaremos traçar de que forma os tropeiros se associaram ao relevo, ao clima, à geologia e a biologia da região, que tipo de relação traçavam e de que forma se delimitavam. Neste capítulo também utilizaremos da interdisci-

plinaridade para compreendermos outros aspectos que influenciaram no processo histórico.

O INÍCIO DO CICLO DO TROPEIRISMO

O tropeirismo foi um movimento de extrema relevância na ordem econômica e social no Brasil Colônia, estando presente também em todo o processo do Brasil Império e, posteriormente, no início do Brasil República. Porém, para compreender o seu desenvolvimento é necessário analisar alguns fatores que contribuíram para o seu início, e o principal deles é o interesse pelas atividades mineradoras.

O ouro e outros metais preciosos foram, ao longo de toda a história, objeto de desejo das mais diversas populações e cada qual tinha nele um determinado interesse, indo desde luxo, acúmulo de riquezas ou associação ao sagrado.

Na primeira metade do século XVI, ainda no início da colonização das Américas, já se tinha noção clara da valorização do ouro e muitos desses metais preciosos foram encontrados no México e no Peru, sendo a principal dessas fontes a Mina de Potosí, o que levou a Espanha a ter um grande fluxo de ouro e principalmente de prata. Naquele momento, a descoberta dessa mina foi extremamente importante para a Coroa Espanhola pois, como disserta Geraldo Bonadio:

[...] a exploração de metais preciosos representava a forma mais simples de obter enriquecimento da metrópole. No contexto do Mercantilismo, o ouro e a prata representavam papel de importância fundamental para um país, pois se constituíam no principal meio de troca, utilizado nas transações internas e externas, como também sua acumulação dentro das fronteiras correspondia a um indicativo de riqueza. Os países desprovidos de extração própria de metais viam-se forçados a obtê-lo indiretamente, através da dinamização do comércio externo, com a exportação de bens produzidos em terras metropolitanas ou em suas colônias, nestas principalmente (BONADIO, 1984, p. 10).

Por isso Portugal procurou por quase dois séculos incidência de ouro no Brasil, realizando algumas inspeções e minerações na Capitania de São Vicente, no século XVI, como relata Afonso d'Escragnolle Taunay (1951, p. 211), onde teriam sido encontradas e escoadas pequenas quantidades de ouro em Jaraguá, nas imediações de São Paulo. Já nessa primeira descoberta, a Coroa Portuguesa determina algumas regras para a exploração do ouro, ou seja, se por um lado delimitam a livre exploração, por

outro, a quinta parte de todo o mineral extraído deveria ser enviada diretamente para Portugal. Essas leis ficam ainda mais rigorosas quando, no início do século XVIII, são encontrados as minas de ouro no interior do país, na região que por sua incidência aurífera foi denominada Minas Gerais.

Segundo Darcy Ribeiro:

Desde as primeiras notícias do descobrimento aurífero, multidões acorreram às áreas de mineração, vindas de todo o Brasil e, posteriormente, também de Portugal. Em poucos anos aquelas regiões desertas transformaram-se na área mais densamente povoada das Américas, concentrando cerca de 300 mil habitantes por volta de 1750. (RIBEIRO, 1994, p. 372)

Aqui o termo ‘deserto’ deve ser problematizado, pois mesmo que uma parte dos ameríndios da região tenham sido dizimados pela colonização, segundo a historiadora Maria L. C. de Rezende, “há evidências incontestáveis da permanência de vários grupos indígenas ao longo de todo o período colonial, demonstrando que eles jamais foram extintos, como afirmava essa versão tradicional” (RESENDE, LANGFUR, s/d).

De toda forma, o fato é que há uma grande incidência de imigração para essa região, o que dificultava a fiscalização da Coroa. Um segundo problema que surge com esse novo povoamento é que a região onde ocorria a maior parte dessas atividades era de difícil acesso, nas proximidades da Serra do Espinhaço, e para chegar até lá era necessário atravessar a Serra da Mantiqueira. De São Paulo até as principais minas, a viagem levava em torno de sessenta dias.

Os principais meios de acesso à região eram :

Segundo o Instituto Estrada Real [...], no século XVIII – auge da economia de extração de ouro e pedras preciosas no Brasil – eram pelo menos quatro os caminhos autorizados pela Coroa portuguesa para o acesso à região das minas: O Caminho Velho, que ligava São Paulo e Rio de Janeiro às minas, passando por Guaratinguetá, Taubaté, Parati e São João Del Rei; O Caminho Novo, concluído em 1725, que passou a substituir o Caminho Velho como rota de acesso do Rio de Janeiro às minas de Ouro Preto, passando pelo sudeste de Minas Gerais; A rota para o Distrito Diamantino, que ligava Vila Rica (Ouro Preto) e o Arraial do Tijuco (Diamantina), passando pela Vila do Príncipe (Serro); O Caminho da Bahia, que levava das minas de Sabará ao vale dos rios São Francisco e Verde Grande e daí a Salvador, cortando o norte mineiro. É esse conjunto de caminhos que se tornou conhecido como Estrada Real, para indicar a posse do rei sobre as vias de acesso ao interior da colônia (OLIVEIRA, 2007, p. 87)

Essa região de mineração acabava tendo, devido às estradas de complexo acesso, problemas com a falta de alimentos e materiais para extração do ouro. O que gerou, segundo Liana Reis e Carlos Magno Guimarães (1986, p. 7-37), uma associação entre atividade agrícola e mineração, inclusive com o uso de significativa mão-de-obra escrava nas atividades agrícolas. Ambos indicam também que foi montada à época mineradora unidades agrícolas de caráter escravista e mercantil que não rivalizavam com a atividade mineradora, mas acabavam por se constituir em sua base.

Mas ainda era necessário resolver a questão do transporte e a primeira forma utilizada foi o trabalho escravo, principalmente de indígenas e negros. Segundo Strafforini (p. 22), além de rudimentar, desumano e caro, esse modo de trabalho era ineficiente, porém, não podia ser trocado pelo usual carro de boi, utilizado no nordeste açucareiro, devido ao relevo acidentado, à vegetação densa e à complexa rede hidrográfica da região de Minas Gerais.

Com o crescimento da mineração, a utilização dessa mão de obra ficou cada vez mais inviável. E, devido as descobertas de prata nos Andes, já se sabia da utilização dos muares, que são híbridos resultantes do pareamento entre asininos e equinos, para esse tipo de transporte de cargas, oriundos dos criatórios da região do rio Uruguai e outras províncias que iam até o Paraguai, sob o domínio da Coroa Espanhola.

Portugal resistiu em permitir a utilização desses animais dentro do Brasil, devido aos seus constantes confrontos com a Espanha, porém, acabou cedendo por interesses maiores na exploração do ouro e para melhor controle do contrabando de animais e do próprio minério. Em 1720, quando se fez o primeiro projeto de abertura de caminho para ligar o extremo sul ao sudeste do país, idealizado por Bartolomeu Pais de Abreu, capitão de infantaria (DINIZ; EHALT; MELLO; VILLELA, 2003. p. 26), já se previa a utilização dos muares.

Após 1730, Cristóvão Pereira de Abreu redesenhou o traçado de Souza e Faria e Bartolomeu Pais de Abreu, partindo da região de Viamão, no Rio Grande do Sul, até chegar aos campos de Curitiba, e posteriormente a Minas Gerais. Segundo Nunes, o caminho:

Ficou conhecido como Caminho das Tropas, ou Estrada Real, e levou cerca de dois anos para ser concluído. Ao mesmo tempo em que abriam caminho, Cristóvão e os homens que o acompanhavam, levavam tropas de gado apanhadas na Vacaria Del Mar para comercializar ao fim da viagem [...], o tropeiro

construiu pontes, de forma a consertar as deficiências do precário caminho aberto anteriormente por Souza e Faria (NUNES, p. 28).

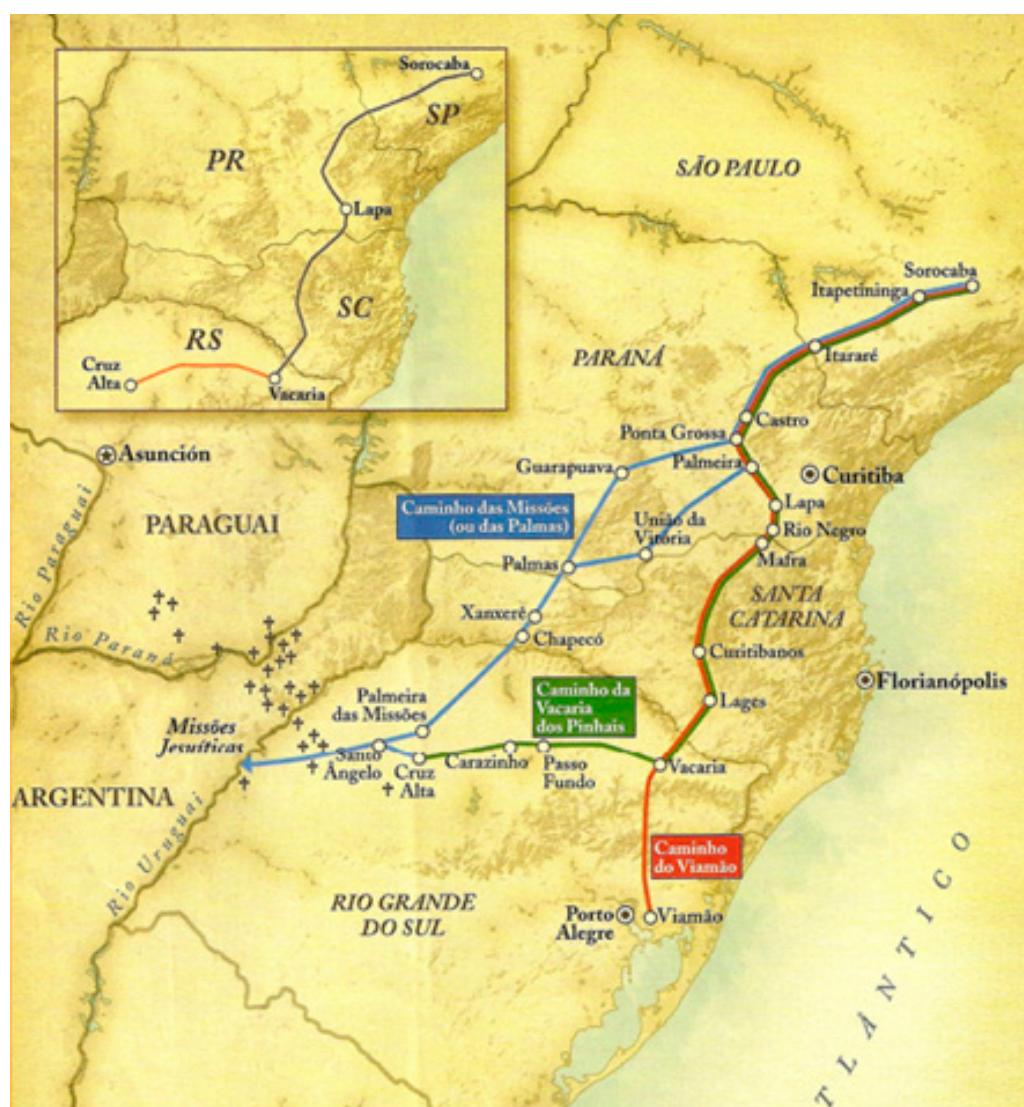
Após estes reparos, Abreu retorna ao sul:

[...] de volta à Colônia Sacramento, então domínio português e local onde residia, Cristóvão Pereira de Abreu uniu-se a outros tropeiros, reuniu 3 mil cavalos e mulas, contratou 130 peões e partiu para São Paulo e Minas Gerais, conduzindo a primeira tropa registrada na história da colônia. Após treze meses de viagem, chegou a Curitiba e em 1753, esteve em Minas Gerais, após cortar o Vale do Paraíba e atravessar a Serra da Mantiqueira, vendeu a sua tropa a peso de ouro (RIBEIRO, 2006, p. 141).

A partir de então, desdobra-se o ciclo do tropeirismo e sua principal característica nesse momento inicial do movimento foi a de interligação entre as regiões sul e “centro” do Brasil e a circulação de mercadorias e culturas entre elas, tendo como pon-

to de chegada principal a Feira de Sorocaba, feira iniciada em 1733 e que era realizada anualmente. Era nessa festividade que se encontravam criadores e consumidores, além dos atravessadores que vendiam de porteira em porteira os animais pelas cidades a fora (BONADIO, p. 32).

Ainda sobre os caminhos que foram sendo traçados no decorrer do ciclo do tropeirismo, “a maior parte dos quase 1500 Km do caminho que, no século XVIII separavam a Guarda de Viamão da vila de Sorocaba, atravessava áreas de campos, com farturas em aguadas, o que facilitava enormemente o trânsito das tropas” (PARANÁ, p. 30). A necessidade de se adaptar os caminhos à geomorfologia de cada região, juntamente com interesses políticos e econômicos, delimitou os seguintes trajetos que ligaram o Rio Grande do Sul a Sorocaba durante o século XIX e XX:



Mapa 1: Caminhos das tropas.

FONTE: Disponível Em: <<http://sergiopiquetopolis.blogspot.com.br>>. Acessado em: 09/07/15

A partir deste mapa podemos analisar como os diferentes biomas afetaram diretamente o início do ciclo do tropeirismo, pois

Estas geoformas, dispersas ou concentradas, representam a grandeza da natureza e resulta em cenários nem sempre propícios ao desenrolar da história dos homens. Muitos destes cenários se destacam hoje, não apenas por se constituírem em ‘belas paisagens’ marcadamente geomorfológicas, mas por terem sido locus de importantes movimentos da história de seu povo. Podem ser paisagens geomorfológicas dominadas por montanhas, por relevos suaves e ondulados, por vales abertos ou encaixados, ou por amplas planícies, quase sempre recortadas por rios, que se sobressaem à cobertura vegetal. São formas de relevos que, por suas peculiaridades, se tornam o alvo mais importante da paisagem ou do lugar. E, quando a história dos homens se constrói em meio a tais sítios tão distintos, estes se tornam carregados de valores (LICCARDO; PINUTO, 2013, p, 582).

Em outras palavras, a história do início do tropeirismo, tal qual seu apogeu, considerado pela historiografia atual como sendo os séculos XVIII e a primeira metade do XIX, esteve inter-relacionada a feições físicas características de cada região. Mesmo nos estágios finais do ciclo, a importância do espaço biofísico, como local que influenciou e foi influenciado pelos humanos permaneceu, como veremos no capítulo seguinte, com ênfase nos campos de Ponta Grossa que, graças as suas especificidades geológicas e biológicas, tornaram-se um importante ponto de apoio aos viajantes.

O TROPEIRISMO NOS SÉCULOS XIX E XX NOS CAMPOS DE PONTA GROSSA

No início do século XIX, com a vinda da Família Real para o Brasil e a abertura dos portos para exportação, houve uma expansão considerável na agricultura, principalmente nas lavouras de café do Vale do Paraíba e de algodão em Minas Gerais, o que aumentou a demanda por mulas e burros.

Como o trabalho na lavoura era desgastante, esses muares precisavam ser trocados com uma frequência maior do que em outras atividades, aumentando a dependência dessas regiões pelos animais vindos do sul. Essa aceleração no mercado criador gera um duplo movimento, primeiro um aumento de pastos destinados a criação muar e, por outro lado, um aumento no número de contrabando de animais.

Segundo Mario Mattos “é nessa época que o crescimento no contrabando de mulas espanholas passa a ser uma atividade mais atraente do que a

própria criação” (MATTOS apud BONADIO, 1984, p. 21). O que se torna uma grande preocupação das autoridades nacionais pois, nas tropeadas convencionais, seguindo as rotas conhecidas, cada tropa passava por diversos postos de recolhimento de impostos, os chamados “Registros”. E nessas ações de contrabando, com a ajuda de muitos donos de fazendas, fazia-se uma rota alternativa para que se conseguisse levar esses animais aos seus compradores sem passar por essas barreiras fiscais, o que gerava muares com preços mais baixos de venda, diminuição da arrecadação fiscal, e uma queda do comércio muar nas regiões conhecidas por serem criadoras como o Rio Grande do Sul, visto que em grande parte esses animais contrabandeados vinham de criadores internacionais.

Ainda assim, o tropeirismo segue no final do século XIX, gerando prosperidade aos tropeiros negociantes de animais, aqueles que tinham autonomia não apenas de levar a tropa até o destino mas também de comercializá-la.

Em 1897 a Feira de Sorocaba começou a ser abandonada devido a um surto de febre amarela que se abateu sobre a cidade e também a todo um cerceamento produzido por um discurso de modernidade que foi tomando cada vez mais forma ao longo do século XX.

Em substituição à Feira de Sorocaba, se fortalece a Feira de Itapetininga, mas segundo Mario Mattos, a principal característica do tropeirismo no século XX foi que:

Agora a feira não cumpre sozinha sua função. Sobram os animais que são levados pelos ‘picadores de tropa’ para serem oferecidas nas áreas agrícolas – cafezais, canaviais, algodais e lavouras de abastecimento. No período considerado, contavam os tropeiros com as prefeituras, que utilizavam a mula para Limpeza Pública e até mesmo os bondes, até 1930, eram puxados a burro (IBIDEM, p. 23).

Juntamente com essas novas funções que aparecem para o muar, começaram a surgir as ferrovias. De forma paulatina, através de incentivos governamentais para pesquisa de material e plantio de eucalipto, tendo como principal referência a Estrada de Ferro Mauá, com a inauguração da primeira ferrovia do Brasil em 1852, este meio de transporte vai através dos anos se colocando como realidade em diversas regiões.

O tropeirismo não é sucumbido pelas ferrovias, mas a existência desse novo meio de transporte requisitou certamente adaptações naquele, como relata Mattos:

A vida dos tropeiros ao mesmo tempo que apresentava as mesmas agruras de antanho – longos estíreos em cima do animal, rondas noturnas quando acampados, comida rústica e ingerida às pressas, – aproveitava-se certas vantagens do progresso, tornando-se uma lida mais especializada. Os da região de Sorocaba viajavam de trem com os arreios, até Passo Fundo e outros municípios da Região Missionária gaúcha, voltando com a tropa comprada e montados em animais adquiridos. Os gaúchos usavam o trem para voltar, depois de vendida a tropa em Itapetininga e Região (IBIDEM, p. 23).

Em Ponta Grossa, o tropeirismo já era representativo desde o século XVIII quando a cidade se firma como relevante entroncamento entre os Caminhos de Viamão e o Caminho de Palmas ou das Missões, à Feira de Sorocaba. Além disso, os donos de fazendas locais tinham por hábito alugar suas terras para a ‘invernada das tropas’, ou seja, para que os tropeiros ficassem por algum tempo deixando os animais descansarem e engordarem no pasto.

Em 1890 a cidade possuía cerca de 4.774 habitantes⁴ e segundo Jaelson B. Trindade:

Desde as duas últimas décadas do século XIX, Ponta Grossa atuava como principal núcleo de tropeiros e centro paranaense de negócios de animais. Entretanto, o volume de tropas invernadas nos campos paranaenses diminuiu significativamente em relação ao século passado. A ligação ferroviária entre São Paulo e Rio Grande do Sul, funcionando desde 1909, facilitou a vinda direta de vendedores de tropas gaúchas. Além disso, os paranaenses passaram a ir buscar mulas para consumo próprio, devido a expansão da economia ervaateira, madeireira e agrícola, via colonato e cafeicultura no Estado (TRINDADE, p. 134).

Além disso, Ponta Grossa se torna referência no que diz respeito ao estudo científico de bovinos, equinos e suínos a partir da inauguração, em 14 de fevereiro de 1912, da Fazenda-Modelo de Criação do Paraná. Segundo Stancik (2012, p. 18-19), os principais objetivos desta Fazenda seriam a seleção e melhoramento do gado nacional de diversas espécies; a produção de cavalos militares; a criação de animais de grande peso; o cultivo em larga escala das plantas forrageiras nacionais e estrangeiras de reconhecido valor nutritivo; o melhoramento do gado indígena; a geração de informações práticas aos criadores sobre zootecnia, higiene, alimentação e tratamento animal.

A criação destas fazendas modelo se deu em um contexto em que se buscava a diversificação da atividade agropecuária mas, também respondia a um dis-

curso civilizador e de rigor científico que, como veremos nos capítulos sucessores, esteve presente em diversas áreas de atuação dos tropeiros, visando uma mudança significativa de comportamentos e ações:

Segundo tal ótica, a Fazenda-Modelo seria o espaço da ciência sob patrocínio governamental. Mas aprimorar a pecuária significava não apenas zelar pelas condições do rebanho nacional, mas disseminar saberes chancelados pela ciência, de forma a alterar mentes e comportamentos (STANCIK, p. 54).

Essas relações econômicas se deram em um ambiente biofísico que, no caso das Fazendas-Modelos foi devido às características climáticas e geológicas da região que a tornaram aptas para receber o empreendimento. Portanto, para compreendermos de fato o tropeirismo em Ponta Grossa é necessário entender o espaço em que ocorreu este movimento.

O território da atual cidade de Ponta Grossa está localizado no Segundo Planalto Paranaense, dentro de uma sub-região denominada por Reinhard Maack, na década de 1940, como Campos Gerais. Seu bioma característico é o de Mata Atlântica, com uma vegetação que tem como principal aspecto ser uma região de campos limpos, com grandes áreas de gramíneas baixas e pequenos arbustos, de cobertura herbácea contínua.



Mapa 2: Localização do Município de Ponta Grossa no Estado do Paraná.
FONTE:IBGE.

⁴ Fonte: Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. Disponível em: <http://www.pontagrossa.pr.gov.br/historia>. Data de acesso: 15 de setembro de 2015.

Segundo Almir Pontes Filhos, sobre seu relevo podemos destacar que:

[...] é suave, com inclinações para sudoeste, acompanhando o mergulho geral das camadas, até a base do terceiro planalto. A porção oriental do Segundo Planalto é limitada pela Escarpa Devoniana, representando obstáculos naturais, impedindo o fácil acesso ao Primeiro Planalto. Este aspecto geográfico delimita rigorosamente duas regiões litológicas, estrutural e fisiograficamente distintas (PONTES FILHO, 1986, p. 29).



Mapa 3: Mapa do Relevo do Paraná.

FONTE: Plano diretor do Município de Ponta Grossa, 2008. p. 370..

Como analisaremos nos próximos capítulos, tais características permaneceram vividas na memória de antigos tropeiros. Surgindo nos relatos sobre o dia-a-dia do trabalho ou ainda, quando os mesmos expressam seus sentimentos sobre a região, os animais que transportavam, entre outros.

A RELAÇÃO ENTRE HUMANOS E ANIMAIS NÃO HUMANOS NOS CAMINHOS DAS TROPAS.

Na historiografia, a interação entre seres humanos e natureza passou a ser discutida com mais propriedade na década de 1970, juntamente com as conferências sobre as crises globais e com os movimentos ambientalistas, instituindo o campo de pesquisa em história ambiental. Mas é fato que o debate já persuadia estudiosos e pessoas comuns há muito mais tempo.

⁵ Tradicionalista e poeta porto-alegrense. Dedicou grande parte de sua vida à pesquisas ligadas a cultura sulista. Nasceu em 05/08/1927 e faleceu em maio de 1993. Fonte: BAMBRILLA, Miguel. 25 de março de 2014. Disponível em: <http://www.sabecaxias.com.br/?p=7988>. Data de acesso: 04/02/2016.

Sobre a definição do que seria a história ambiental, Donald Worster escreve a seguinte síntese:

A história ambiental é, em resumo, parte de um esforço revisionista para tornar a disciplina da história muito mais inclusiva nas suas narrativas do que ela tem tradicionalmente sido. Acima de tudo, a história ambiental rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta e ‘supernatural’, de que as consequências ecológicas dos seus feitos podem ser ignoradas (WORSTER, 1991, p. 199).

Por isso, o que nos levou ao presente trabalho, foi o questionamento sobre o que pensariam, ou ao menos, de que forma se relacionavam os tropeiros, sujeitos históricos tão recorrentes na historiografia local, cercados de mitos, recriados pela cultura popular, com a natureza biofísica que encontrava ao seu redor. E o que mais nos intrigou foi não encontrar respostas para tal pergunta, nos muitos trabalhos publicados até o momento. Se, por um lado, há uma ampla divulgação da figura tropeira, ainda não foi possível detectar nenhuma problematização sobre os diferentes tipos de interação que esses homens desenvolviam com o meio natural pelo qual eles passavam.

A fim de traçar alguns esboços sobre essas relações, buscamos fontes que trouxessem uma versão dos próprios tropeiros sobre o ambiente natural e definimos a região dos campos de Ponta Grossa como recorte espacial para a pesquisa.

As fontes são entrevistas e uma descrição de viagem. Devido ao distanciamento temporal, as entrevistas foram realizadas por outros pesquisadores e, portanto, as informações pertinentes a este trabalho tiveram que ser recolhidas por meio de análises pautadas numa sensibilidade que a autora tentou estabelecer na leitura desse material. Também é uma lacuna encontrada nas fontes a falta das falas das mulheres, negros e indígenas que, como a historiografia atual demonstra, faziam parte do cotidiano do trabalho tropeiro.

Antes de irmos para análise de fato, convém apresentar os personagens que discorrerão em suas entrevistas sobre os temas.

O primeiro depoimento analisado é o do Sr. Hugo Ferreira de Mesquita entrevistado por Clóvis Pradel Pinheiro⁵.

Sr. Hugo nasceu em 1905, em Campos Novos; foi tropeiro desde os 12 anos e fez sua última tropeada em 1955. A entrevista cedida ao pesquisador Clóvis Pradel Pinheiro mantém um clima de conversa informal, tendo como objetivo de pesquisa rememorar o cotidiano tropeiro, principalmente com relação aos pousos e caminhos, em uma roda de chimarrão na fazenda do Sr. Vitor Lacourt. Este, por sua vez, contava 90 anos de idade no momento em que a entrevista foi feita e exerceu a função de tropeiro de 1908 até 1930, levando bois e mulas do Rio Grande do Sul para Curitiba a fim de vende-los em pequenas quantidades.

Desta mesma pesquisa dirigida por Pradel Pinheiro, analisaremos o depoimento do Sr. Dorval da Silva, conhecido como Seu Dadá, que exerceu a função de tropeiro de 1920 à 1945. Nesta entrevista o pesquisador esteve acompanhado de um amigo que denomina de Dyógenes, porém não coloca mais nenhuma informação a seu respeito. Este amigo fez diversas perguntas ao Seu Dadá. A entrevista se deu na fazenda do entrevistado, no gramado, também em uma roda de chimarrão. As perguntas se voltaram para temas como os caminhos, pousos e transações comerciais.

É válido salientar que tais entrevistas se encontram no livro *Tropeiro de Mula*, de Pedro Arí Veríssimo da Fonseca, e sua inserção nessa obra é justificada pelo próprio autor da seguinte forma:

Desejei ouvir um tropeiro de mula arreada de outra região. Foi fácil. Conversando com meu companheiro do Conselho Consultivo do Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore, Clóvis Pradel Pinheiro, ele me informou que terra de tropeirismo foram Caxias do Sul e São Francisco de Paula. Prontificou-se a me auxiliar. Clóvis pertence ao Piquete da Cultura do Centro de Tradição Gaúcha Rincão da Lealdade de Caxias do Sul. Fez uma pesquisa mui linda, como manda a ciência do folclore e por tal motivo eu vou publicá-la como me chegou às mãos (FONSECA, p. 44).

Outro personagem que terá sua narrativa analisada será o Sr. João Cândido Antunes Chaves, conhecido como ‘João Casgueiro’ entrevistado por Marcello Polinari, em abril de 1986. Sr. João nasceu em 1920, filho de agricultores e de pai tropeiro, realizou algumas viagens até a região de Ponta Grossa, mas grande parte da sua vida passou como capataz de fazendas.

Utilizaremos ainda o depoimento do Sr. Generoso Soares Leal, nascido em 1901, filho adotivo de

uma família alemã, que trabalhou desde a infância com alguns animais de carga que a família possuía. Foi entrevistado em 05 de junho de 1966. Na vida adulta foi peão de tropa, madrinheiro e safrista⁶.

Como já dito, estes depoimentos estão disponíveis na obra *Tropeirismo um modo de vida*, da Secretaria do Estado da Cultura do Paraná. Esta obra faz parte da coletânea *Cadernos do Patrimônio* e, nesta edição em específico, o foco é a pesquisa, por isso a presença das entrevistas, que se inserem no módulo de depoimentos. Segundo o Polinari, as entrevistas

Tem por objetivo resgatar, de forma sistemática, a história de vida das pessoas que compunham esta sociedade bem como a memória de suas experiências de trabalho, através de depoimentos gravados, transcritos e arquivados no MIS (Museu da Imagem e do Som). Procura mostrar a participação dos entrevistados na vida familiar da infância a terceira idade e as diferenças na alimentação, trabalho, moradia, ritmo de vida, formas específicas de relacionamento familiar, profissional, político etc. (PARANÁ, p. 14-15)

O autor ainda salienta que estas entrevistas foram realizadas como uma espécie de ensaio que visava principalmente atrair a atenção de novos pesquisadores para o tema, que não pretendia que o mesmo fosse conclusivo e sim apenas demonstrar a vida de cada um desses entrevistados.

Da obra de Jaelson Bitran Trindade, analisaremos as narrativas do Sr. Darcy Coelho, que fez viagens com tropas no período de 1910 à 1920 e as do Sr. Bonifácio Correia da Costa, conhecido como “Nhô Nhô Correia”, nascido em 1905, que começou a exercer a função de tropeiro em 1918 e seguiu até 1920 apenas. As entrevistas desta obra foram realizadas pelo próprio autor e se mesclam às questões levantadas no texto, como comentários. Ou seja, não se estruturam na forma convencional de entrevistas em que se apresentam as perguntas e respostas completas. Grande parte dos depoimentos se voltam para a vida pessoal do entrevistado, buscando as suas interpretações sobre a vida como tropeiro, as diversas funções existentes em uma tropa, as hierarquias, os caminhos, as cidades e as condições financeiras.

O último personagem analisado é o Sr. Reinaldo Silveira, através de um pequeno roteiro de viagem denominado *Roteiro de viagem de Ponta Grossa à Cruz Alta* escrito por ele mesmo. A viagem teve

⁶ Madrinheiro: Indivíduo que segue montado na égua madrinha para conduzir a marcha da tropa; Safrista: Pessoa física que presta serviço a empregador rural mediante contrato de safra, isto é, contrato dependente de variação estacional na atividade agrária.

como data de início em 28 de julho de 1891 e de regresso a Ponta Grossa em 19 de novembro de 1891. Não há referências sobre a origem de Reinado Silveira, como entrou para o tropeirismo ou como terminou sua carreira. O roteiro foi publicado no prefácio da obra de Ribas Silveira, filho de Reinaldo Silveira, na obra *Odisseia do Tropeirismo*, em 1966. Tal fonte se destaca por não seguir o mesmo parâmetro de entrevistas como as demais e sim ser um relato de viagem, escrito de forma cronológica, com as marcações dos dias e dos eventos que se sucedem.

A primeira relação que buscamos avaliar nas fontes foi a dos tropeiros com os animais. É ressaltado nas entrevistas e descrições a importância dada aos burros e mulas pelos tropeiros. O que não poderia ser diferente visto que era a partir destes que esses homens obtinham sua fonte de renda e eram eles as suas companhias em viagens que duravam meses.

A preferência por mulas e burros se dava, segundo os entrevistados, devido a força e resistência desses animais. Sr. Hugo Ferreira salienta: “Ao Burro, só dois bichos se igualam: o homem e o tigre, de tão forte que é!” (FERREIRA, apud FONSECA, p. 127). Mas como sabemos, todas as nossas relações são construídas fisiologicamente e/ou culturalmente e quando se trata da relação de homens e animais, isto não é diferente.

Para compreendermos essa relação dos tropeiros com os animais, em especial com muares e a égua madrinha, é necessário analisarmos a conjuntura histórica que esses laços se perpetuam. Para isso voltaremos ao que escreve Keith Thomas na sua obra ‘O Homem e o Mundo Natural’. Segundo o autor, teólogos e filósofos do início da era moderna tendiam a assumir uma visão antropocêntrica da natureza porém, o nascimento da história natural colaborou para mudar essa visão centrada apenas

no homem, tanto no meio considerado culto quanto no meio popular (THOMAS, 1988, p. 111). Para Thomas:

A crença cada vez maior na evolução social da espécie humana estimulou pois, a ideia de que os homens apenas eram animais que tinham conseguido se aprimorar. Desse modo assestava-se um sério golpe na doutrina da singularidade humana. (1988, p. 158)

Porém a dualidade da relação homem e animal continuará, pois se por um lado estes são próximos fisiologicamente, o aprimoramento dos humanos servirá como justificativa para a dominação pois, “de várias maneiras os animais domésticos eram considerados comparsas da comunidade humana, unidos por interesse mútuo a seus proprietários, que dependiam de sua fecundidade e bem estar.” (THOMAS, p. 117).

Sobre essa conjuntura de dominação e premissa de interesse, é importante analisarmos o surgimento dos muares, que como já citado nascem do pareamento entre asininos e equinos, que por serem espécies diferentes, geram descendentes inférteis. Sobre essa relação, Solera expõe:

Infecundidade é um mecanismo de barreira que a Natureza usa para fazer a especiação, evitar a confusão de espécies e propiciar a biodiversidade. Geneticamente falando, nesse caso a infecundidade resulta do não pareamento de todos os genes, devido a diferença no número total de cromossomos nas células germinativas de cada espécie. Vale dizer que este ato sexual, asinino com equino ou vice-versa, não ocorre naturalmente, pois sempre precisa de alguma forma de indução pelo homem. Esse tipo de pareamento, chamado então de hibridação, foi o primeiro que o homem conheceu e utilizou em todo reino animal. (SOLERA, 2010, p. 27)

Ou seja, o surgimento desses animais dependeu do homem e foi feita assim para suprir seus interesses e necessidades.



Figura 1: Tropa de Muar.
FONTE: Acervo Casa da Memória Paraná.

As fontes em vários momentos nos indicam uma dualidade entre interesse humano sobre os animais e aproximações sentimentais. Um exemplo é a fala do Sr. Darcy Coelho:

A mula não se doma, na verdade nem se amansa, acostuma. Agora tinha sempre uma que não era vendida. O pessoal se deu bem com ela na viagem, gostou mais, acostumou melhor (e ela ao cavaleiro); então essa não era vendida, ia ficando, fazendo várias viagens e, quando já estava mais velha era vendida pondo-se uma nova no lugar. Essas mulas ficavam práticas no caminho (COELHO apud TRINDADE, p. 118)

Sobre essa questão de predileção de um determinado animal, e essa visão acima da questão de valores comerciais na relação entre tropeiro e tropa, Goulart contribui dizendo:

Nas tropas, todos os animais são batizados, tem seus nomes. Nos momentos de carregar, ou descarregar; nos perigos dos terríveis roladores e precipícios, onde se cai um cargueiro dele nada mais se aproveita, o camarada chama o animal pelo nome, acalmando-o, estimulando-o quando necessário, Conhece-lhes as baldas, as nicas, as manhas e as qualidades. (GOULART, p. 138)

O próprio Sr. Darcy, ainda remetendo às suas memórias sobre as mulas, divaga em meio ao tema pontuando “Papai tinha um burro por nome Querino; esse era um assunto. Viajava 2, 3 dias com ele em cima, jogando a cabeça.” O que vai ao encontro do que defende Thomas ao dizer que “era comum que se falasse com eles (os animais), pois seus donos, ao contrário dos intelectuais cartesianos, nunca os consideravam incapazes de entender” (THOMAS, p. 115). Ou seja, a relação do tropeiro com o animal não era aquela que se tem com um objeto inanimado de comércio, é uma relação muito mais próxima e complexa. Circundada por todo esse aparato cultural que por um lado dizia que homens eram tão animais quanto os muares e, por outro, os colocava em um patamar acima dos demais, seja por sua predileção divina, ao ser considerado o único feito a ‘imagem e semelhança de Deus’ (GÊNESIS 1:26), ou por sua racionalidade considerada mais avançada e apurada.

Aqui vale rememorarmos o contexto do século XIX e início do XX no Paraná, quando os discursos políticos se voltavam para o progresso e a relação do tropeiro com os cavalos e mulas não se encaixavam nos padrões que esta nova ideologia tentava estabelecer.

A ideia era cada vez mais modernizar o meio agropecuário tal qual disciplinar os corpos, principalmente através do que o autor Magnus Roberto de Melo Pereira chama de compêndios de civilidade

(PEREIRA, 1990), que eram os códigos de posturas de cada cidade. Elaborados pela Câmara Municipal, os códigos visavam atribuir de que forma cada cidadão deveria se portar nos espaços urbanos e rurais do município, sendo punido em caso de descumprimento das regras.

Neste sentido o tropeiro era um alvo, visto como portador dos piores vícios, tais quais jogatinas, mulheres, bebedeiras e aproximação excessiva com os animais, sendo considerados devido a este último aspecto até como centauros.⁷ A forma encontrada para tentar disciplinar estes sujeitos foi a proibição de diversas práticas dentro do centro urbano, tais como cavalgar, prender os animais em frentes as casas comerciais e residências, demorar-se com eles em vias públicas, etc. Segundo Pereira, “em meados do século XIX, todos os municípios paranaenses adotavam posturas contra tais práticas” (PEREIRA, p. 229). Em suma, as relações travadas com os animais não eram complexas apenas pela distinção biológica, mas também pelo que se esperava do tropeiro no período como cidadão.

A forma de domar esses animais também apresentam importantes vestígios sobre o tipo de relação que se tinha entre tropa e tropeiros. Segue uma descrição dada pelo Sr. João Cândido Antunes Chaves sobre um processo de doma de uma mula:

Mula que não quer deixar a gente montar, a gente torce o ouvido dela, morde a oreia dela; o bicho chega a fazer bobagem, chega a se urinar toda, pra deixar a gente montar. Teve dias que tive que dar uma mordida na oreia da mula de sair pelo nos dentes. Mas, tenho saudade, porque isso tudo acabou. Aqui em Ponta Grossa foi lugar divertido, era tropa chegando, tropa saindo. Hoje nós não vemos mais isso né? (CHAVES in PARANÁ, p. 46)

Na atualidade tal forma de doma podem nos soar cruel, mas “os escrúpulos quanto ao tratamento de outras espécies eram afastados pela convicção de que havia uma diferença fundamental, entre a humana e outras formas de vida” (THOMAS, p. 37) e, além disso, demonstra uma intimidade entre domador e domado. O tom saudosista do relato deixa transparecer o afeto que direciona-se não apenas à lida com o animal mas também a forma de vida rural.

Outra forma de doma dos animais para facilitar a organização das viagens era através da égua madrinha. Essa égua era, segundo Goulart:

Um dos elementos mais importante da tropa. Chegava ao ponto de ser quase humana, tamanho o senso de responsabilidade que adquiria, instintivamente com o passar do tempo. De tal forma se acostumava com a vida e os afazeres da tropa, no

decorrer das viagens pelos caminhos de sempre que chegava, inclusive, a exercer certa autoridade sobre os outros animais; uma autoridade advinda com o tempo, com a memorização das estradas. Sabia obrigar os animais a segui-la; e quando preciso argumentava energicamente a dentadas, patadas e coices (GOULART, p. 91).

Essa visão de Goulart, da égua madrinha como quase humana e como uma líder dos muares, é confirmado pelo depoimento do Sr. Hugo Ferreira de Mesquita quando diz que: “O cavalo é fácil de se tropejar, mas a mula é mais fácil ainda; depois de amadrinhar ela segue a madrinha.” (MESQUITA, apud FONSECA, p. 116). Segundo Fonseca:

Normalmente a madrinha era égua, por ser mais dócil; as mulas se davam melhor com elas (talvez por serem filhas de uma delas). Nos rios onde o tropeiro escolhia os passos para não molharem as cargas, nos lugares perigosos ou de muito barro, a égua facilmente abria caminho (FONSECA, p. 47).

A égua madrinha era, em síntese, o animal que puxava toda a tropa. Geralmente não carregava nenhum material e seguia enfeitada por cincelos (espécies de pequenos sinos) no pescoço com o intuito deste era chamar a atenção dos demais animais. Porém, o que se ressalta aqui é a hierarquização desses animais e esse patamar elevado, chamado de ‘quase humano’ por Goulart, que essa égua ocupava e, essas comparações de relações maternais assegurada por Fonseca.

Thomas nos traz a esse respeito que “havia uma hierarquização social entre os animais, tal como entre os homens, uma reforçando a outra” (THOMAS, p. 72). O que de fato se demonstra aqui. Dentro da estrutura da tropa havia em geral, as seguintes funções: o tropeiro responsável pela viagem, o coizneiro, o arribador⁸ e o madrinheiro⁹ e dentre esses havia uma hierarquização. O tropeiro responsável pela viagem era quem fechava os negócios, tinha acesso ao dinheiro e entendia muito dos caminhos. Tal definição nos permite aproxima-lo ao patamar de poder que a égua madrinha ocupava diante dos muares. Esse tropeiro também desfrutava de privilégios diante dos demais, recebendo uma comissão maior nas vendas. Em contraponto a esse sujeito temos o madrinheiro, que eram com frequência jovens e crianças, que estavam iniciando na profissão.

Com relação a essa atribuição de valores humanos a animais, e principalmente sobre essa situação de diferentes patamares de poder, acrescenta-se:

É uma tendência constante do pensamento humano projetar, no mundo da natureza (e particularmente no reino animal), categorias e valores derivados da sociedade humana para, depois, traze-los de volta a ordem humana, que criticarão ou defenderão, justificando determinado arranjo social ou político com base em que de algum modo seria mais “natural” que os outros possíveis. (THOMAS, p. 73)

É válido salientar neste ponto que, apesar de toda essa aproximação, há uma linha tênue que divide os demais animais dos humanos que seria a dualidade de interesses discutida anteriormente. Ou seja, mesmo a égua madrinha, descrita como ‘quase humana’ ainda é parte de um comércio, e sobre isso a fala do Sr. Darcy Coelho é significativa: “Quando vendia-se toda a tropa, ia junto a égua madrinha. A égua era dada. Acompanha o negócio. Aquela era brinde” (COELHO, apud TRINDADE, p. 137).

A esse respeito, as fontes nos trazem as diferenças de valores monetários que eram pagos de um determinado tipo de muar para outro. Sr. Bonifácio Correia da Costa relata:

O tipo de mula, a idade, sempre vale uma mais que a outra. A pinhã é uma mula, ah! Quer ver? Como é que fala aí, um vermeio escuro né? É pinhã. A baia é uma cor, creme mais escuro, a baia. Tem a pele... o mais comum no burro é o pelo de rato. É mesmo que o rato assim, o pelo. Tem mula baia, gateada, rosada né? Tem arruana. O povo prefere muito é a mula preta, tordilha negra. Bem preta mesmo. Tem tordilha negra e um mouro escuro, assim. (COSTA, apud TRINDADE, p. 138)

Sr. Dorval da Silva confirma esta diferenciação no seguinte relato:

(Clóvis Pradel Pinheiro) – Por que é que o senhor dormava os burros durante a viagem?

(Dorval da Silva) – Valiam mais. A diferença no preço estava no seguinte: o comprador chegava, escolhia um burro e perguntava se era manso ou xucro. Se o burro fosse muito bonito, vendia-se mais caro que um manso, de acordo com o agrado do freguês, do tipo do burro, da idade, tamanho e tudo mais. (SILVA, apud FONSECA, p. 67)

A valorização da mula mais nova, a preferência por cor, a subjetividade do que era um muar bonito e que poderia ter um valor monetário maior, deixam transparecer que a linha divisória sobre o que era pertencente ao mundo dos animais não humanos e o que era pertencente ao mundo dos homens fora constantemente cruzada e recruzada, e que de fato a relação dos tropeiros com o muar ou mes-

⁸ Tropeiro cuja função é buscar animais desgarrados da tropa em marcha.

⁹ Tropeiro responsável pela égua madrinha

mo com a égua madrinha tinha como fronteira as concepções socioculturais vigentes naquele meio e naquele tempo.

TROPEIROS E O SEU MUNDO BIOFÍSICO

Seja por adiarem as viagens, por contemplação, por necessidades fisiológicas, por conhecimento, ou como obstáculos a serem vencidos, o mundo natural se envolvia com os tropeiros de forma intrínseca. O relevo, a vegetação e eventos naturais aparecem como importantes pontos de análise neste trabalho porque esses agentes interferiram de tal forma no desenrolar deste processo histórico, que em todos os depoimentos analisados sua presença é massiva e marcante.

Para além do contato diário com estes agentes, nota-se uma relação de dependência do tropeiro com o conhecimento dos biomas e das diversas formas de vida não humanas, sem essa premissa todo o seu trabalho e, por consequência a manutenção de sua vida material, estaria posta em risco. Neste capítulo analisaremos as diversas táticas e relações estabelecidas entre os homens e este mundo biofísico no qual ele está inserido.

No que diz respeito ao relevo, os tropeiros davam preferência aos gramados próximo aos rios para acampar pois estes se transformavam em espécies de cercas para os animais. Nas fontes isso aparece em diversos relatos, principalmente no relatório de viagem do Sr. Reinaldo Silveira, onde com frequência se lê que pousou a poucas léguas dos rios. Um exemplo é a seguinte passagem em que descreve: “Segui viagem no dia 29, fui uma léguia e meia próximo ao rio Ivaí, no lugar denominado

Monjolinhos, onde falhei o dia 31 por causa de muita chuva” (SILVEIRA, p. 3).

Além disso, o relevo se envolve no movimento dos tropeiros porque a escolha dos locais de passagem estavam diretamente ligados as atribuições geológicas da região. Quanto mais fácil fosse de se transitar em um determinado relevo, o risco de se perder um animal na viagem era menor. Sobre a movimentação das tropas e suas escolhas de caminho, Straube coloca:

As tropas, que passaram do Sul ao Norte utilizaram basicamente os Planaltos para se movimentar, como o litoral não era adequado por caso do calor (clima tropical) e da infestação por insetos, e como a Serra do Mar é formada por rochas graníticas, fortemente fragmentada por falhas e pelo trabalho da erosão e, assim, fica quebrada demais para a transposição das tropas. (STRAUBE, p. 39)

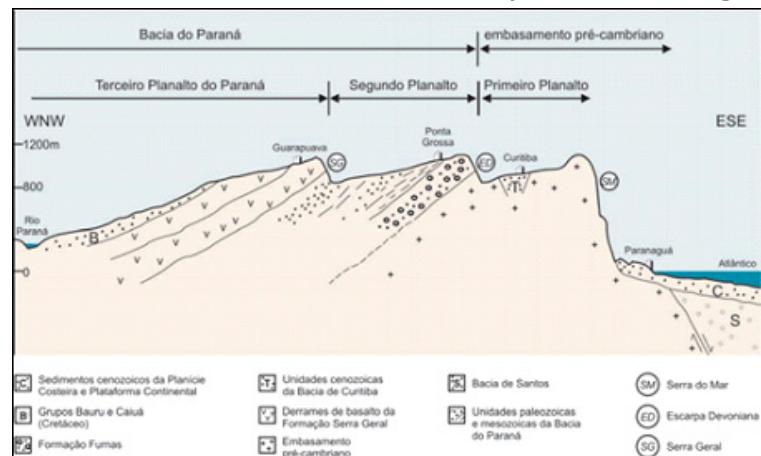
O relevo do Estado do Paraná se apresenta, geomorfologicamente, com paisagem típica de degraus estruturais. Segundo Liccardo:

Este relevo escalonado obedece à uma compartimentação geomorfológica dividida em três planaltos separados por grandes degraus topográficos, são eles a Escarpa Devoniana (limite entre o Primeiro e o Segundo Planalto) e a serra Geral (limite entre o Segundo e Terceiro Planalto). (LICCARDO, 2011, p. 624)

Ponta Grossa está localizada no Segundo Planalto paranaense que é caracterizado por um relevo do tipo cuesta¹⁰, distribuído no reverso da Escarpa Devoniana. Esta escarpa tem sua formação originada por longos processos de erosão diferencial, nela são presentes encostas abruptas e verticalizadas apresentando desniveis que chegam a centenas de metros.

Nos caminhos usuais das tropas, os mesmos ge-

Mapa 4: Esquema da Estrutura Geológica do Relevo do Paraná.
FONTE: Melo et al. (2007b).



¹⁰ Forma de relevo dissimétrico constituída por uma sucessão alternada das camadas com diferentes resistências ao desgaste e que se inclinam numa direção, formando um declive suave de um lado e um corte abrupto de outro. (Fonte: Cuesta Adventure. Disponível em: <<http://www.cuestaadventure.com.br/news/80-cuesta.html>>.

ralmente evitavam a descida para o Primeiro Planalto, contornando a escarpa mas, segundo Liccardo e Pinto (p. 593), em alguns pontos no Paraná, o percurso do tropeirismo envolve também os terrenos deste, como em Balsa Nova e Campo Largo, onde uma variante dos caminhos passa sobre rochas metamórficas pré-cambrianas diferentes do caminho tradicional que ia por Castro e Piraí, sobre rochas sedimentares.

Em ambos os casos, o terreno representava riscos e Ponta Grossa se apresentava então, de acordo

com Trindade, “como principal núcleo de tropeiros e centro paranaense de negócios de animais” (TRINDADE, p. 134), além de pouso para a chamada invernada, que seria o momento de engorda e descanso dos animais, antes de enfrentar tais complexos trajetos até a Feira de Itapetininga –SP.

Sobre isso o mapa desenvolvido por Rafael Straforini demonstra essa divisão do trabalho no tropeirismo:

Neste mapa temos uma síntese sobre o papel



Mapa 5: Mapa da Divisão Territorial do Trabalho do Tropeirismo.

FONTE: STRAFORINI, Rafael. No Caminho das tropas. Sorocaba, SP:TCM, 2001. P, 25.

das rochas no movimento tropeiro pois, a região de Minas Gerais teve grande incidência aurífera devido a sua formação geológica, gerando a necessidade de animais para o meio de transporte. Sorocaba e posteriormente Itapetininga, desenvolveram o papel de comercialização primeiro pelo seu desenvolvimento e aporte mercadológico, mas é fato que sua centralização geográfica no caminho para a região de mineração também foi um fator de fortalecimento.

O Paraná aparece como local de pastagem e invernada, sendo representativo ainda na comercialização. Sobre isto é válido analisar que os pastos dos Campos Gerais, onde a grande maioria dessas invernadas ocorreram, são vastos e influenciados pelo relevo e geologia do local, que propicia o crescimento de uma vegetação adequada para a engorda da tropa.

Ainda sobre a influência do meio no movimento tropeiro, cabe chamar a discussão para a questão da hidrografia, pois nas fontes encontramos relatos que contam sobre as dificuldades de se atravessar os rios e como eram conscientes essas práticas. Sobre as dificuldades, Sr. Vitor Lacourt comenta:

(Clóvis Pradel Pinheiro) – E prá atravessar os rios, seu Vitor?

(Vitor Lacourt) – Era a nado, não havia outro jeito.

(C. P. P) – E o cavalo, os pelegos, o tropeiro?

(V. L) – Não tinha jeito, molhava tudo. (LACOURT, apud FONSECA, p, 106)

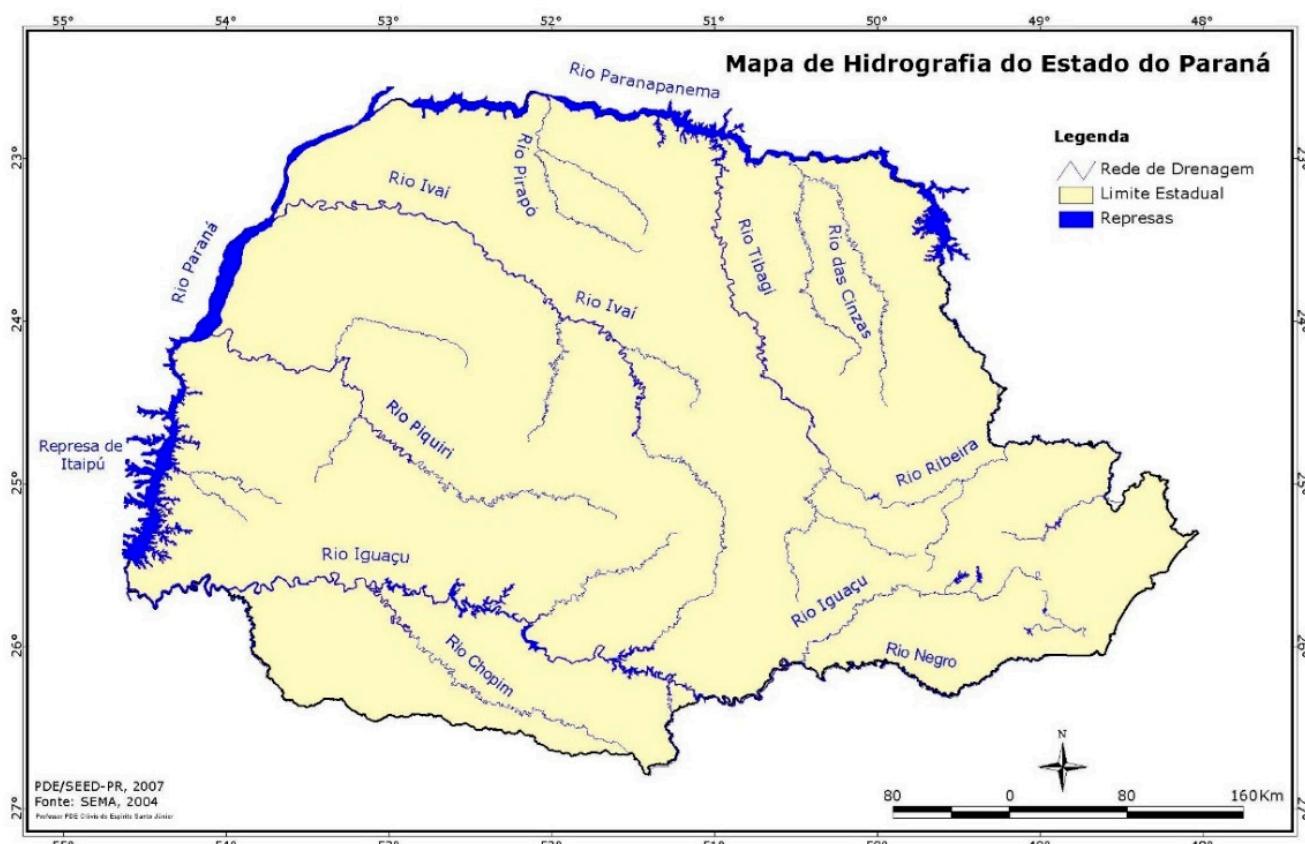
Outro relato sobre as dificuldades encontradas nas travessias dos rios é o do Sr. Reinaldo Silveira:

Encaminhei a tropa para nadar o rio, mas infelizmente por causa das pessoas inábeis para tocar a tropa, ela refugou a correnteza; fiz descansar a tropa uma hora e comecei um trabalho ingente e bárbaro, separando pequenos grupos de bestas para à força de pedradas, pancadas e chicoteadas fazê-las cair no rio; ao pôr do sol no ocaso acabei de passar a tropa, ainda deixando bestas extraviadas na parte margem sul do rio (SILVEIRA, apud SILVEIRA, p. 5)

Sobre a forma mais comumente utilizada para a travessia, o Sr. Darcy Coelho (p. 124) descreve que, ao chegar na beira dos rios reunia-se toda a tropa, e com a ajuda do pessoal local, que estava sempre nas redondezas para auxiliar em troca de uma gratificação monetária, colocava-se aos poucos as mulas na água, porém ia primeiro a égua madrinha com seu cincerro, para chamar os demais animais. Era utilizado também canoas para evitar molhar mercadorias, pertences pessoais e para colaborar na travessia dos animais dentro do rio.

No mapa reproduzido na figura 6 podemos

observar os principais rios do Paraná:



Mapa 6: Mapa Hidrográfico do Paraná.

FONTE: PDE-SEED PR, 2007.

Disponível em:<<http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1571&evento=5>.> Data de acesso: 19/11/2015.

Com base no mapa e no que descreve Liccardo, podemos notar que as principais drenagens que cortam o caminho tradicional do tropeirismo no Paraná, fazem parte da bacia hidrográfica do rio Tibagi, com os rios Iapó e Fortaleza como afluentes de destaque. Sobre este rio, o autor coloca:

O rio Tibagi tem suas cabeceiras no reverso da Escarpa Devoniana, já no Segundo Planalto Paranaense, no Município de Palmeira. É um tributário da margem esquerda do rio Paranapanema, este por sua vez afluente da margem esquerda do Paraná. É um rio com forte controle estrutural, ou seja, acompanha em parte o declive do relevo regional, dirigindo-se no sentido geral norte-noroeste, acompanhando aproximadamente o caiamento das camadas geológicas em direção ao centro da Bacia Sedimentar do Paraná, mas com marcante influência de estruturas rúpteis e diques do Arco de Ponta Grossa. (LICCARDO et al., p. 625)

Em suma, quando se cruzam os relatos dos tropeiros com os mapas geológicos e hidrográficos do Paraná, nota-se que o relevo teve papel fundamental no tropeirismo, influenciando diretamente nas práticas do movimento. Isso se evidencia prin-

cipalmente no que diz respeito às rotas, onde os mesmos buscavam “às circunstâncias necessárias para garantir os melhores resultados no deslocamento e transporte dos animais, como a disponibilidade e o acesso ao alimento para a tropa de muares, o pasto e a água” (LICCARDO; PINTO, p. 593).

Confrontar essas informações e trazê-las à luz da historiografia é relevante pois, tal como coloca Pádua “em cada lugar, existem diferenças de biodiversidade, de composição de solo, de composição de atmosfera, e tudo isso está na experiência do viver histórico” (PÁDUA; CARVALHO; LAVERDI, p. p. 478).

Consideraremos relevante analisar também a relação com a vegetação, pois os relatos demonstram uma série de conhecimento práticos por parte dos tropeiros, sobre a utilidade de diversas plantas, dentre elas as que dão nome a esse trabalho: o Mio-Mio e a Embira, plantas típicas da Mata Atlântica e facilmente encontradas nos campos de Ponta Grossa, porém venenosas aos animais, como

descreve o Sr. João Cândido Antunes Chaves:

Aqui nesses campos existe uma série de ervas, uma vegetação chamada mio-mio e a embira. Às vezes o animal durante a viagem sente fome, ele vai passando e catando tudo o que tem na beira da estrada. Numa dessas ele cata uma dessas ervas, estufa e morre. (CHAVES, p. 46)

Quando comparamos esse depoimento com um laudo do Laboratório de Patologia Veterinária da Universidade Federal de Santa Maria (RS), fica nítido como mesmo que de forma simplificada já circulava no meio dos tropeiros um conhecimento verossímil de botânica. Segundo o laudo:

A intoxicação por mio-mio é uma doença aguda. Os sinais iniciam 5-30 horas após a ingestão da planta e as mortes ocorrem 3-23 horas após o início dos sinais clínicos. Os sinais clínicos consistem de anorexia, timpanismo discreto ou moderado, instabilidade

dos membros pélvicos, tremores musculares, focinho seco, corrimento ocular seroso, fezes secas ou diarréia, salivação excessiva, sede, respiração rápida e trabalhosa, taquicardia e inquietude. Os achados de necropsia são principalmente associados ao trato gastrintestinal e consistem de graus variáveis de avermelhamento, edema e erosões da mucosa dos pré-estômagos. A mucosa do abomaso e intestinos pode estar hiperêmica e com petéquias. O conteúdo do rúmen e do intestino é freqüentemente líquido. As lesões microscópicas consistem de alterações necróticas no revestimento epitelial dos pré-estômagos (principalmente rúmen e retículo) e necrose do tecido linfóide.¹¹

As características do Mio-Mio, que tem por nome científico *Baccharis coridifolia*, são um subarbusto ramificado com até 80cm de altura; suas folhas têm até 3 cm de comprimento, não possuem nervuras e suas margens formam pequenos dentes; a flor é pequena e de cor laranja, aparecendo no verão, juntamente com os frutos¹².

Figura 2: Mio-Mio.

FONTE: Laboratório de Patologia Veterinária da Universidade Federal de Santa Maria (RS). Disponível em:<<http://coral.ufsm.br/lpv/casos/caso2/caso2.html>>.



A Embira, *Daphnopsis fasciculata*, é um arbusto ou árvore que pode atingir até 9 m de altura, de tronco reto, casca fissurada, copa globosa com flores creme, amarelas ou brancas polinizadas por abelhas. Como espécie endêmica, ocorre no Cerrado e frequentemente em floresta ombrófila de Mata Atlântica¹³. Para os tropeiros ela era mais perigosa quando ainda em crescimento, onde possuía estatura mais baixa e poderia ter suas folhas consumidas pelos animais.

Figura 3: Embira em estágio inicial de crescimento.

FONTE: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Projeto Flora Digital.



11 LPV, UFSM (2006). Intoxicação por *Baccharis cordifolia* em Bovinos. P, 4. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/lpv/casos/caso2/caso2.html>>. Acessado no dia 17/11/2015 às 14:05.

12 Fonte: PERES, Milena.

Disponível em:< <http://www.gege.agrarias.ufpr.br/portal/plantas/bracchariscor.htm>>. Data de acesso: 17/11/2015 às 14:11.

13 Fonte: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Projeto Flora Digital, s/d. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/fitoecologia/florars/index.php?pag=buscar_mini.php&especie=458>. Data de acesso: 04/02/2016.

Mas o conhecimento com as plantas não serviam apenas para evitar a morte dos animais, mas também para livrá-los de dores, como no exemplo a seguir, onde utilizando-se de uma medicina alternativa, Sr. Bonifácio Correia relata sobre a cura para o garrotilho:

O garrotilho é a doença que podia pegar de surpresa. É mesmo como um constipado... destila pelo nariz e fica tossindo, incha a garganta.. e naquele tempo nem veterinário havia. Então remédio, a gente fazia: tem o carquejo.. Ah isto era um remédião. Atravessar os rios maiores era fatal para os animais com essa doença. O burro morre se não zelas, morre porque o burro vinha com o fôlego curto. Mas fiquei viajando com gente prática. Aprendi que o burro tanto arrepiado, o pelo meio arrepiado, num pode cair na água; morre. (CORREIRA, apud TRINDADE, p. 122)

Além da sensibilidade da observação do animal para notar detalhes como o pelo arrepiado, ele demonstra também conhecimento sobre a utilização da carqueja. Tal utilização já havia sido relatado pelo mineralogista inglês Bunbury quando esteve no Brasil nos anos de 1833 à 1835. E, ele escreve sobre a planta:

Figura 3: Carqueja.
FONTE: AZAMBUJA, V. Disponível em:<<http://www.oleosessenciais.org/oleo-essencial-de-carqueja/>>.



Tanto o Mio-Mio, a Embira ou a Carqueja são plantas facilmente encontradas na vegetação de campos limpos da região de Ponta Grossa e nas matas de araucárias do entorno. Sobre a vegetação dos campos limpos, que formam em grande parte a paisagem do recorte espacial deste trabalho, é válido ressaltar que:

Constitui-se de extensas áreas de gramíneas baixas e pequenos arbustos. De ocorrência intimamente ligada a uma topografia suave, apresenta uma cobertura herbácea continua, que pode ser entremeada de sub-arbustos isolados ou em tufos. Entre os componentes da flora destacam-se as gramíneas e as ciperáceas como formadoras do tapete herbáceo. As plantas que ocorrem na região campestres

A Baccharis trimera (carqueja - amarga), é uma planta muito comum ao lado dos caminhos através de toda a região florestal, e igualmente assim nas colinas descampadas. Seu aspecto é muito singular; não tem folhas, porém, o caule e os galhos são orlados em todo o seu comprimento com três largos e chatos desabrochamentos ou asas, na contextura e cor de folhas. Excessivamente amarga, e muito usada em medicina (especialmente como remédio para cavalos) pelos brasileiros, que a chamam de carqueja. BUNBURY, apud BRANSÃO, 2010, p. 44)

O tropeiro deveria ser hábil para encontrá-la e saber sua utilidade. Porém sabemos que essa habilidade não lhe era inata e sim adquirida no processo histórico e cultural em que esses sujeitos estavam inseridos. Segundo Keith Thomas (p. 33), a botânica surgiu como uma tentativa de identificar os usos e virtudes das plantas, essencialmente para a medicina, mas também para a culinária e a manufatura. No tropeirismo conseguimos notar o quanto as circunstâncias do difícil acesso a um veterinário ou mesmo a um médico criaram o panorama onde saber a utilidade de uma planta era essencial e com frequência passado através do conhecimento popular.

sofrem uma série de adaptações ao meio descampado (PONTES FILHO, p. 20).

Essa descrição vai ao encontro da seguinte fala do tropeiro Sr. Darcy Coelho: “Entrou no Paraná já é campana, a coisa mais linda do mundo, só campo mesmo. Entrou no Paraná, vem-se embora; é campo; não tem mais mata. No Paraná era mais fácil de suprir a tropa” (COELHO, apud TRINDADE, p. 131). Segundo Goulart (p. 135), essa facilidade encontrada no Paraná estaria relacionada ao grande número de locais de invernada e também porque o pasto baixo facilitava o cuidado com os animais, pois com a área de visibilidade maior, tornava-se mais di-

fícl perder algum animal.

Ainda sobre a utilização da vegetação para a cura de doenças, encontramos em dois relatos, que estão em obras distintas, a descrição do chamado “mal de fogo”. Os tropeiros que o relatam são o Sr. Darcy Coelho e o Sr. Hugo Ferreira de Mesquista. Cada um deles resolvia o problema de uma forma distinta, como veremos abaixo:

(Clóvis Pradel Pinheiro) - Em que consiste o mal de fogo, que o senhor disse que dava nos animais que não comiam sal?

(Hugo Ferreira Mesquita) - Dava no casco do cavalo e do muar dentro do casco. Cintura o casco.

(CPP) - Mas tem haver alguma coisa com comer o sal?

(HFM) - Não, não tem. Tem das viagens compridas. Essas tropas vinham de longe, da fronteira, vinham se pisando e de uma zona em diante pegavam o mal de fogo. Então a gente tinha de derrubar o animal, fremear nos cascos e botar numa mangueira d’água, de água corrente e aquilo ia cicatrizando.

(CPP) - Mas o freme que o senhor punha abria o casco embaixo?

(HFM) - Ali naquele coraçãozinho do casco, a gente tirava sangue e depois botava o cavalo na mangueira d’gua.

(CPP) - O que é mangueira d’água?

(HFM) - Mangueira d’água é fechar o rio. Fazia-se um fecho pra cima e botava-se o lote de animal na água corrente, a água pegando o quarto ou meio quarto do animal e com isso desinfetava; não havia remédio igual, depois de desinfetado os cascos.

(CPP) - Quanto precisava o animal ficar na mangueira d’água?

(HFM) - Ficava uma porção de dias, mas não muito tempo. A maioria a gente nem botava todos os dias; botava um dia, falhava dois ou três. Ai vinha a mosquitada e já varejava. Até água quente, que me ensinaram, eu botava, derrubava o animal e botava uma cambona de água quente. Saía um cheiro ruim da frente do casco do animal, saía um creolim; aquilo parecia uma febre. Houve muito disso; morria muito também. Houve um lugar em que eu botava os animais na mangueira d’água e ia pra cidade passear. Morreu que chegou a pelar o campo (MESQUITA; PINHEIRO apud FONSECA, p. 123 - 124).

Para o Sr. Hugo, a resposta para o mal de fogo estava na sangria dos cascos e no método da “mangueira d’água”, quando os animais ficavam um tempo descansando dentro do rio. Já o Sr. Darcy Coelho propõe outra solução para este mesmo problema:

Essa tropa tinha chegado a pouco tempo e não tava acostumada, então ela vinha querendo sair, pra ir embora. A tropa ficava amontoada e vai batendo o casco no outro, aquilo vai esquentando e vem o mal de fogo. Dá no casco. Quando eu ia chegando com essa tropa na fazenda do Seu Augusto Sampaio, esse homem viu a tropa e falou: Não segue não, fica

lá. Volta – tava assim a 2 km da fazenda dele – volta pra lá que você tem tudo. Mas continuei. Só parei em uma fazenda em Carazinho. A dona disse que podia usar o pasto. Digo: Posso queimar? Respondeu: pode queimar. Ai queimei o que achava que devia queimar, eu separei a tropa doente, fechei lá no potreiro e a outra levei para a invernada, dei sal e larguei. Soltei a tropa doente na cinza e ela pateia, fica por ali e vai melhorando. Depois derrubei mula por mula, fui pegando o facão, batia aqui, abria, deixava sair o sangue, aquele sangue preto. Curei a tropa, foram 30 dias de trabalho.¹⁴

Para o Sr. Darcy, o sucesso da cura estava relacionado a queima da vegetação nativa para que os animais doentes andassem nas cinzas junto com a sangria dos cascos, o que difere da prática do Sr. Hugo. Porém o que é interessante analisarmos aqui é o papel de cura atribuída aos diferentes elementos da natureza, seja a vegetação, o rio etc.

Como já citado, sabemos pela historiografia que essa utilização da vegetação estava relacionada aos conhecimentos usuais da botânica que circulavam de forma mais empírica no meio tropeiro, e que outro fator que colaborava com essa busca da cura no ambiente se pautava na falta de estrutura para levar esses animais à veterinários. De fato, como postula Pádua:

Somos mamíferos, somos primatas. Fazemos parte da história da vida no planeta. Mas, ao mesmo tempo, também somos inseparáveis do mundo da cultura, do mundo da linguagem, da consciência auto-reflexiva, do mundo do pensamento, da ação significativa. A nossa ação sempre é cultural, sempre é significativa, mas também é sempre biológica.¹⁵

Ou seja, acreditamos que essa relação do tropeiro com o meio biológico seja sim histórica e cultural, porém não perdemos de vista nossa raiz animal que nos confere, por exemplo, o medo instintivo diante de rios turbulentos, de vegetação fechada e espaços estreitos, situações que afetam humanos e mulas sem grande distinção.

O último tópico analisado diz respeito à relação dos homens com eventos naturais que, de forma freqüente, se abatiam sobre as tropas. Os relatos se voltam, em grande parte para a questão das chuvas, que em geral adiavam as viagens, dificultavam as travessias em rios e geravam perda de animais. E isso é importante pois, como descreve Worster:

O ambiente construído expressa cultura. O seu estudo já progrediu bastante com a história da arquitetura, da tecnologia e da cidade. Mas quando

14 COELHO, Darcy; In: TRINDADE, op. cit., p, 122-123.

15 PÁDUA, José A.; In: LAVERDI; CARVALHO, op. cit., p, 466.

lidamos com fenômenos tais como as florestas ou o ciclo hidrológico, estamos diante de energias autônomas que não derivam de nós. Essas forças interferem na vida humana, estimulando algumas reações, algumas defesas, algumas ambições. Assim quando ultrapassamos o mundo auto refletido da humanidade e chegamos à esfera não humana, a história ambiental encontra o seu principal tema de estudo (WORSTER, p. 201).

Sobre isso, é interessante analisarmos o depoimento do Sr. Dorval da Silva, que demonstra um pequeno exemplo de cuidado extra que os tropeiros deveriam ter no seu cotidiano em dias de chuva:

Nas épocas de chuva, quando se ficava muito tempo parado, até bicho nas cordas criavam. Estas cordas ficavam dentro das barracas, amontoadas e penduradas, quando víamos estava cheia de bichos. Punha-se essas cordas dentro d'água, chacoalhava-se bem para os bichos caírem e quando bem limpas eram colocadas ao sol. Durante certa tropeada choveu trinta dias sem falhar (SILVA; PINHEIRO, p. 66).

Neste mesmo sentido, no roteiro de viagem do Sr. Reinaldo Silveira são encontrados vários relatos de dias ‘perdidos’ devido às chuvas e o mau tempo, aliás de toda a sua viagem, o momento em que se torna notável sua aflição com o clima, é no caminho de volta para Ponta Grossa:

Viajamos desde a saída do pouso, apenas meia léguia adiante, começou grossa chuva com a qual viajamos até o Rio Canoinhas, divisa do Paraná com Santa Catarina. A chuva continuou sem cessar até as duas horas da madrugada; as seis amanheceu neblinando forte, às dez horas seguimos nossa viagem, continuando a cair grossa chuva que continuou toda a tarde. Viajamos uma léguia e meia alcançando o Aterro Alto, onde nos abrigamos numas casas, vulgo Tapéras, ali encontramos um potreiro velho para segurar a tropa. A noite de seis para sete deu muita chuva; no dia sete resolvi falhar; de meio dia para a tarde a chuva tornou-se fortíssima de encher rio em poucos minutos a qual sustentou toda a noite. Amanheceu chovendo grosso e se achavam cheios os rios adiante portanto fiquei falhando o dia oito de novembro, e invocando a Santíssima Virgem Maria, pedindo bom tempo para poder continuar a viagem (SILVEIRA, p. 7).

De acordo com Worster, nesses momentos de aflição em que o ambiente natural não está sob o controle do homem, são várias as reações possíveis como defesa por parte destes sujeitos. Sr. Reinaldo Silveira, como vimos, apelou para o sobrenatural, para o âmbito da fé e da religião.

Para entendermos essa ligação feita das ocorrências dos eventos naturais com o mundo da fé, e uma possível razão para o tropeiro acreditar que a Santíssima Virgem Maria poderia ajudá-lo a cessar a chuva, é necessário voltarmos na historiografia e

analisarmos a conjuntura histórica que esse pensamento estava inserido. Para isso voltaremos ao que escreve Raymond Willians quando trata das diversas definições e facetas que recaíram sobre o mundo natural do século XVII ao XIX.

Segundo Willians, conhecer a natureza significava conhecer a Deus, porém o meio como isso era feito poderia ser “pela fé, pela razão, pela especulação, pela razão correta, ou pela investigação e experimento físico” (idem, p. 94). Durante a Antiguidade Clássica a natureza era vista como ‘Mãe Divina’ ou ‘Monarca Absoluta’ e estava no âmbito do conhecimento adquirido pela fé, porém do século XVII ao XIX a natureza será:

Uma figura menos grandiosa e imponente: na verdade um advogado constitucional. Ainda que haja uma falsa devoção ao doador original das leis (e, em alguns casos, não podemos duvidar, trata-se mais do que uma falsa devoção), toda a atenção prática é dada aos detalhes das leis: a sua interpretação e classificação, previsões a partir de precedentes, descoberta ou revitalização de estatutos desconhecidos e, em seguida, e mais importante, a produção de novas leis a partir de novos casos: as leis da natureza num sentido constitucional bastante novo, não tanto ideias adaptáveis e essenciais, mas uma acumulação e classificação de casos. (WILLIANS, p. 97)

É neste contexto que acreditamos se inserir a visão de natureza do tropeiro, pois como já colocado nos tópicos anteriores, eles possuíam um conhecimento empírico do mundo natural, um conhecimento pautado naquilo que Willians chama de ‘previsões a partir de precedentes’ e, quando o tema são eventos naturais, sabiam, como coloca o próprio relato do Sr. Reinaldo Silveira, que um temporal com grande índice pluviométrico encheria os rios em pouco tempo, inviabilizando sua passagem. E a fé estaria colocada nessa ‘devoção ao doador original das leis’, que como criador das regras estava acima da natureza e poderia ajudar.

Outro exemplo sobre as dificuldades que a chuva trouzia, está presente ainda no roteiro de viagem do Sr. Reinaldo Silveira:

Viajei com a tropa e às doze horas caiu violenta tempestade formando torrentes de enxurrada, devido a qual foi impossível continuar a viagem, porque pequenos regatos se tornaram grandes arroios dando nado; fiz pouso debaixo de chuva a qual continuou no dia 5 até à tarde (SILVEIRA, p. 5).

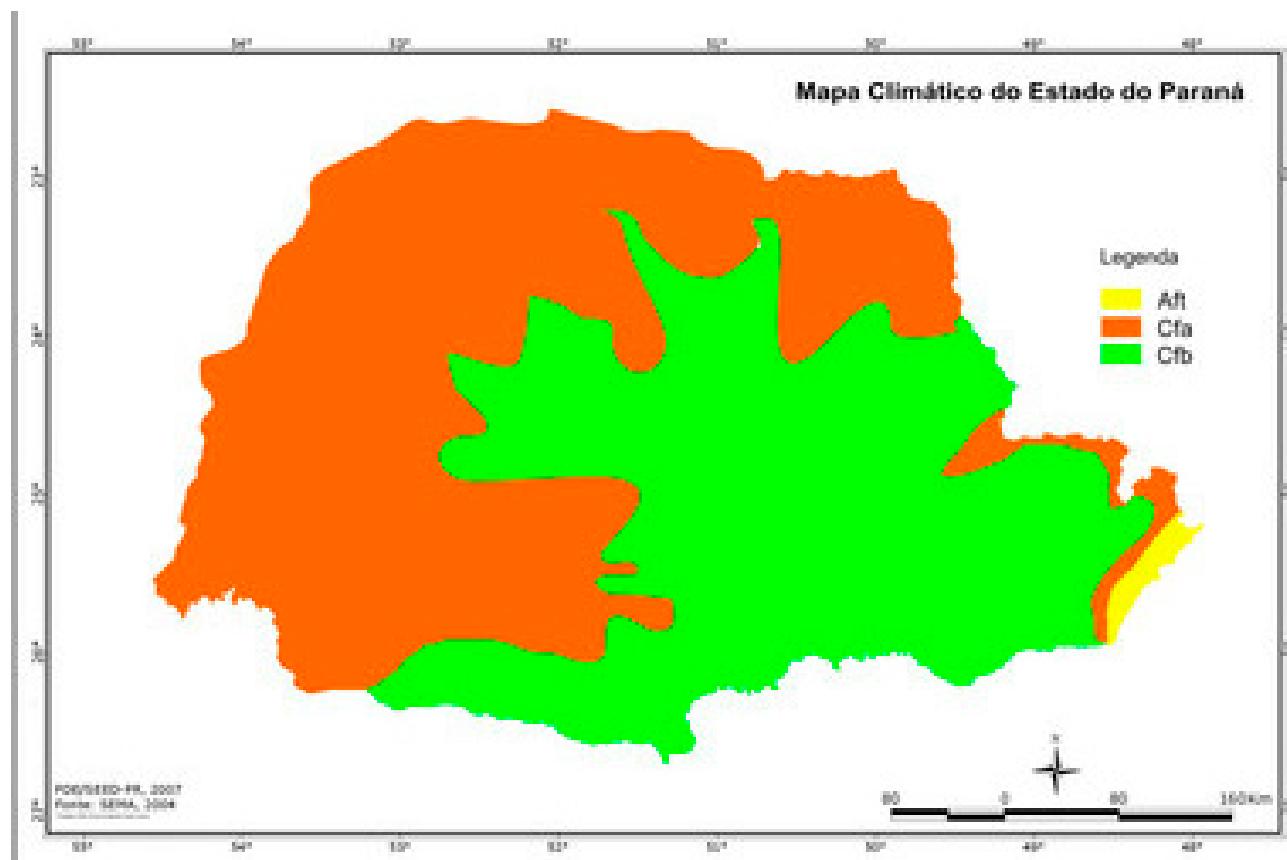
Em suma, as dificuldades com as chuvas estavam ligadas à perda de mercadorias, ao atraso da viagem, à complicação da passagem em determinados locais como rios ou barrancos estreitos, podendo levar até

a morte de um animal. Como sabemos, a incidência de chuvas está ligada à região climática em que o referido local está inserido, sobre isso Straube explica:

O Paraná está localizado numa fronteira macro climática com o norte numa zona de clima tropical com altas temperaturas e bastante pluviosidade, enquanto que o sul do estado fica sob influência de um clima subtropical, temperado com temperaturas relativamente amenas, mas bastante pluviosidade. Como área de transição, a região está submetida a várias massas de ar originadas de diferentes direções que se alternam na sua influência. Devido à forte influência das duas Anticlícones do Atlântico, a pluviosidade do Paraná é relativamente alta, chegando até mais do que 2.000mm no sudoeste do Es-

tado, enquanto as chuvas baixam no nordeste estão a uma faixa inferior de 1.250mm (STRAUBE, p. 44)

Ponta Grossa está localizada numa região de Clima temperado, que tem por característica um verão ameno. Chuvas uniformemente distribuídas, sem estação seca e a temperatura média do mês mais quente não chega a 22°C. Precipitação de 1.100 a 2.000 mm¹⁶. No mapa abaixo temos uma visão geral das regiões climáticas do Paraná, a região marcada como Aft são as de Clima Tropical Superúmido; as marcadas como Cfa são as de Clima Subtropical e as marcadas como Cfb são de Clima Temperado :



Mapa 6: Mapa Clímático do Paraná.

FONTE: Professor PDE Clóvis do Espírito Santo Júnior.

Disponível em:< <http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1570&evento=5>>.

Como exposto nas informações trazidas por Straube e pela visualização do mapa das regiões climáticas do Paraná, podemos concluir que grande parte da rota dos tropeiros estava inserida nessa região de grande índice pluviométrico e, portanto, podemos presumir com base nesses dados e nos relatos das fontes que a convivência com os inconvenientes da chuva, da geada e do frio eram uma constante para os sujeitos vinculados ao tropeirismo, gerando mudanças significativas não apenas na vivência individual de cada um deles, mas no ciclo econômico como um todo.

¹⁶ Fonte: Embrapa. Disponível em:< <http://www.cnpf.embrapa.br/pesquisa/efb/clima.htm>>. Data de acesso: 22/11/15

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou demonstrar de que forma os tropeiros interagiam com diversos fatores naturais existentes na região da cidade de Ponta Grossa (PR), utilizando como fontes entrevistas encontradas em quatro obras distintas. Isso se mostrou útil devido a possibilidade de comparação dessas diversas entrevistas, além de um diário de viagem que se mostrou importante para a pesquisa devido à sua riqueza de detalhes. Esses sujeitos atuaram como tropeiros no período de 1890 à 1930, e proporcionaram através de suas falas uma visão mais ampla do movimento, em uma conjuntura temporal que a historiografia tradicional considera como o declínio do tropeirismo e, portanto, acaba sendo pouco explorada.

Porém a partir das fontes foi possível notar que, se por um lado o tropeirismo tal qual o do século XVIII não se fazia mais presente, algumas séries de adaptações permitiram que esse movimento permanecesse ativo por mais dois séculos, transitando entre o discurso de modernidade, que vinha atribuído aos trens, e a necessidade de muares para atividades cotidianas.

Além dessa cronologia pouco usual de estudos do movimento, buscamos compreender como esse sujeitos influenciavam ou eram influenciados pelo ambiente que os cercavam. Ao fazê-lo, evidenciou-se-nos que

A história ambiental, ao ser uma história situada, vem ao encontro da história regional. Na medida em que você pensa que a história ambiental é uma história que precisa estar aterrada, precisa estar localizada, ela presta muita atenção à diversidade regional. O mundo, como eu já frisei aqui algumas vezes, não é um mundo uniforme, abstrato, ele é diversificado. Em cada lugar, existem diferenças de biodiversidade, de composição de solo, de composição de atmosfera, e tudo isso está na experiência do viver histórico. (PÁDUA, apud LAVERDI; CARVALHO, p. 477)

Diante disso, buscamos em diversos tópicos retratar a geologia, hidrografia e climatologia da região com o intuito de analisar de que forma esses fatores afetaram os tropeiros e o tropeirismo de forma mais ampla. A parte mais difícil do trabalho se constituiu na interação com as outras disciplinas, com os outros campos de saber, ou ainda, na questão das (para mim) novas linguagens, de que fala Worster:

O historiador ambiental, além de fazer algumas perguntas novas, precisa aprender a falar algu-

mas línguas novas. Sem dúvida, a mais estranha dessas línguas é a dos cientistas naturais. Cheia de números, leis, terminologias e experiências, essa língua é tão estranha para o historiador quanto o chinês foi para Marco Polo. (WORSTER, p. 202)

Utilizando-se da interdisciplinaridade e da sensibilidade para sanar, ou tentar driblar essas dificuldades, a história ambiental certamente abre um novo leque de questões e possibilidades para o historiador.

Como conclusão do que se propôs neste trabalho, podemos apontar que o tropeirismo foi um movimento ligado ao ambiente desde sua origem com a busca do ouro, e que os sujeitos que atuaram nesta profissão foram influenciados pelo pensamento sobre o mundo natural vigente no período, se relacionando com a natureza de diversas formas, geralmente ambíguas. Com os muares mantinham uma relação íntima e com tons de humanização desses animais, porém paupérrimos nas dinâmicas do comércio, que em nenhum momento se mostrou excluída ou esquecida do processo.

A relação com o relevo se deu de forma passiva e ativa. A colocamos como passiva porque o relevo já existia no momento em que o movimento tropeiro começa a ocorrer e consideramos ativa já que, dentro deste contexto o homem deveria usar sua racionalidade para enfrentar este tipo de desafio, escolhendo suas rotas e o momento certo de atravessa-las.

No que diz respeito a vegetação, observamos a utilização de diversas ervas como medicamentos para os animais, simbolizando um conhecimento empírico e histórico sobre a utilização da botânica para aproveitamento dos homens.

E, por último, conseguimos notar que na presença dos eventos naturais tal qual a chuva, esses homens tinham que criar estratégias para a manutenção da viagem, porém acabavam sendo constantemente afetadas por elas.

Por fim, podemos considerar que lançar um olhar mais abrangente sobre o tropeirismo é revisar uma historiografia tradicional, rever sujeitos históricos e responder às novas questões do presente, que tem cada vez mais voltado seu olhar para o meio ambiente.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Aloísio; Vida e morte do tropeiro. S. Paulo: Martins, 1971.
- BÍBLIA; Português. A Bíblia Sagrada: antigo e novo testamento. Tradução de João Ferreira de Almeida. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969. Gênesis 1:26.
- BIGG-WITHER, Thomas P.; Novo caminho no Brasil Meridional: a Província do Paraná, três anos de Vida em suas florestas e campos - 1872/1875. Rio de Janeiro : J. Oyimpio; Curitiba : UFPR, 1974.
- BONADIO, Geraldo, org.; O tropeirismo e a formação do Brasil. Sorocaba, Academia Sorocabana de Letras, 1984
- CASTELNAU, Francis de; Expedições às regiões centrais da América do Sul v. I (1949). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949.
- CHIOVITTIN, Nanci M.; Discurso do progresso: Sorocaba e o fim das feiras de muares (1850-1900). Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da UNICAMP, 2003.
- DINIZ, João M. F.; EHALT, Emerenciana; MELLO, Judith C. de; VILLELA, Léa C.; Cronologia, Castro antiga. Curitiba: Imprensa Oficial, 2003.
- FERREIRA, Aurélio B.H. Dicionário Aurélio Online: Editora Positivo. 2008 – 2014. Disponível em: <<http://www.dicionariodoaurelio.com/Sedicao.html>>. Acesso em: 11 julho 2015
- FONSECA, Pedro A. V. Tropeiros de mula. Diário da Manhã RS, 1986
- GARDNER, George; Viagens no Brasil, principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante, durante os anos de 1836 – 1841. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.
- GOULART, José Alípio; Tropas e Tropeiros na formação do Brasil. Rio de Janeiro: Conquista, 1961
- GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Lina Maria. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750). Revista do Departamento de História. Belo Horizonte: UFMG, n. 2, 1986, p. 7-37
- HOLANDA, Sérgio Buarque de; Caminhos e fronteiras. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1957
- LICCARDO, A. Et. Al.; Geoparque dos Campos Gerais (proposta). Vol. I. 2011.
- LICCARDO, Antônio ; PINTO, Maria L. C.. Patrimônio Geomorfológico do Paraná – A paisagem ao longo da rota dos tropeiros. In: Espaço & Geografia, Vol.16, No 2. 2013.
- MARTINS, Romário; História do Paraná. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995
_____; Terra e gente do Paraná. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995
- MATTOS, Mário; Fases de prosperidade e declínio do Tropeirismo. In:
- BONADIO, Geraldo, org. O tropeirismo e a formação do Brasil. Sorocaba, Academia Sorocabana de Letras, 1984
- MENDES, Eliane L.; O lugar do tropeirismo na fundação do Paraná: Um percurso pela escrita da história. In: A revista História: Movimento e Reflexão v. 2, n. 1 (2014).
- NUNES, Dúnia S.; Um homem prático valeroso: A Trajetória de Cristóvão Pereira de Abreu na América portuguesa (1737-1755). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em História) – UFRGS, Porto Alegre, 2009
- OLIVEIRA, Silvana Toledo de; Estrada Real: História, Cultura e Turismo em São João Del Rei – Minas Gerais. Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus, 2007 p,87.
- PARANÁ, Secretaria de Estado da Cultura; Coordenadoria do Patrimônio Cultural; Tropeirismo um modo de vida. Fazenda Capão Alto. Curitiba: SEEC, 1985. (Cadernos do Patrimônio: Série Estudos)
- PEREIRA, Magnus R. de Melo. Fazendeiros, Industriais e Não-Morigerados: Ordenamento Jurídico e Econômico da Sociedade Paranaense (1829 -1889). Dissertação de mestrado, SCHLA/UFPR. 1990

PINTO, Maria L. C.; LICCARDO, Antônio; Patrimônio Geomorfológico do Paraná – A paisagem ao longo da rota dos tropeiros. In: *Espaço & Geografia*, Vol.16, No 2 (2013).

POHL, Johann Baptist Emanuel; Viagem no interior do Brasil. Empreendida nos anos de 1817 a 1821 e publicada por ordem de Sua Majestade o Imperador da Áustria Francisco Primeiro. Tradução do Instituto Nacional do Livro da edição de Viena, 1837. Rio de Janeiro: INL, 1951.

PONTES FILHO, Almir; Tropeirismo: pontos de referência no Estado do Paraná. Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Geografia) - Universidade Federal do Paraná. 1986.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de; LANGFUR, Haul; O ouro vermelho de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/o-ouro-vermelho-de-minas-gerais>. Data de acesso: 30/06/15 as 14:59.,

RIBEIRO, Darcy; O povo brasileiro, a formação e o sentido do Brasil. Companhia das Letras, São Paulo, 1994

RIBEIRO, José H; Os tropeiros: diário da marcha. São Paulo: Globo, 2006

SAINT-HILAIRE, Auguste de; Viagens na comarca de Curitiba - 1820. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995. (Coleção Farol do Saber).

SILVEIRA, Ribas; Odisséia do tropeirismo. Irmãos Martins, Irati - PR, 1966

SOLERA, Carlos Roberto; O alvorecer do Puru-ná: Diários de um imortal em viagens pela história. Curitiba: Nouvelle Editora, 2010

STANCIK, Marco Antônio; Fazenda-Modelo de Ponta Grossa: pecuária, ciência e sociedade. Anos 1910-1930. IAPAR, 2012.

STRAFORINI, Rafael; No Caminho das tropas. Sorocaba, SP:TCM, 2001

STRAUBE, Kelly V. K.; A estruturação sócio-espacial do sistema tropeiro– O caso do caminho das tropas entre Palmas e União da Vitória/PR. Dissertação

de mestrado para obtenção de título de Mestre em Geografia. UFPR, Curitiba, 2007.

TAUNAY, Afonso d' Escagnolle; História das Bandeiras Paulistas. São Paulo, Edição Melhoramentos

THOMAS, Keith; O Homem e o mundo natural. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

TRINDADE, Jaelson Bitran; Tropeiros. Editora Ação Publicações e Comunicações LTDA. São Paulo, 1992.

WACHOWICZ, Ruy C.; História do Paraná. 2º ed. Curitiba Paraná: editora dos professores, 1968

WILLIAMS, Raymond; Cultura e Materialismo. São Paulo: Ed. Unesp, 2011

WORSTER, Donald; Para fazer história ambiental. In: Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n. 8. 1991.